

Melhores parâmetros para planejar

O acordo que o Brasil concluiu na semana passada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que prevê a disponibilização de mais de US\$ 41 bilhões para que o País defenda sua moeda, promovendo os ajustes internos imprescindíveis, tem características que podem vir a dar novo sentido às relações econômicas internacionais.

Não se trata de um auxílio a um país que tenha esgotado praticamente as suas reservas e tenha cedido às pressões dos especuladores internos e externos. Ao final de setembro, as reservas cambiais do Brasil estavam em US\$ 44,9 bilhões no conceito de caixa, o suficiente para cobrir nove meses de importações, posição que não se alterou substancialmente um mês depois. E, nestes primeiros dias de novembro, o fluxo de recursos para o País tem superado as saídas de capitais.

Com a finalização da reforma da Previdência Social e com a tramitação rápida que vêm tendo no Congresso as medidas provisórias editadas pelo governo, relacionadas diretamente com o Programa de Estabilização Fiscal (PEF), é possível que o País não precise utilizar grande parte do total de recursos colocados ao seu dispor, sendo US\$ 18 bilhões do FMI, US\$ 4,5 bilhões do Banco Mundial (Bird), US\$ 4,5 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 14,5 bilhões de vários governos e bancos centrais através do Banco para Compensações Internacionais (BIS).

De qualquer forma, pelo vulto dos recursos e pe-

lo peso das instituições e dos países fornecedores, o País adquire melhores meios para rechaçar novos ataques especulativos, como os que se seguiram às crises do México, dos países do Sudeste Asiático e, mais recentemente, da Rússia. O pressuposto é de que, com esse escudo, o País possa ir ajustando a sua economia sem sobressaltos.

**A queda dos juros
terá de ser
rápida para não
comprometer a
meta ajustada
com o FMI**

lopes dos juros e dos países fornecedores, o País adquire melhores meios para rechaçar novos ataques especulativos, como os que se seguiram às crises do México, dos países do Sudeste Asiático e, mais recentemente, da Rússia. O pressuposto é de que, com esse escudo, o País possa ir ajustando a sua economia sem sobressaltos.

Todos estão conscientes de que duros sacrifícios serão necessários para que o País cumpra os compromissos que assumiu com a comunidade internacional, como detalhado no Memorando de Política Econômica encaminhado ao FMI. Aquela instituição é mais uma vez fiadora do acordo e deverá agir como auditora ao longo dos três anos de ajuste, mas deve-se notar que o País não assinou uma clássica carta de intenções com rígidos objetivos. Há metas específicas, principalmente em relação ao déficit público, mas elas são, como disse o ministro da Fazenda, Pedro Malan, indicativas. A cada trimestre será feita uma avaliação do comportamento da economia brasileira e do efeito das medidas para conter o déficit. Prevê-se que, ao fim do primeiro semestre do ano decisivo de 1999, para o qual se prevê um superávit primário de 2,6%, o programa será rediscutido com o FMI. O memorando prevê também uma

meta para o setor externo, que é um déficit em conta corrente de 3,5% do PIB, metade do qual deverá ser coberta pelo ingresso de investimentos diretos.

Vê-se que, depois dos efeitos traumáticos produzidos pelos programas de ajuste para o Sudeste Asiático, o FMI adota uma postura mais flexível. O ajuste tem de ser feito e será feito no prazo previsto, mas acertos aqui e ali podem ser admitidos em razão de acontecimentos supervenientes. O que se pode prever é que a retração da economia deverá ser severa no primeiro trimestre de 1999, mas o clima geral dos negócios não deverá ser pior do que é atualmente.

É previsível até que possa haver uma certa melhora no que diz respeito às taxas de juros. Com a possibilidade de poder utilizar US\$ 37 bilhões do pacote nos próximos doze meses, o País não precisará oferecer um alto diferencial de juros para atrair capitais externos. Se é certo que a política de redução gradativa dos juros deverá ter continuidade, pode ser até que o seu ritmo se acelere, de modo a evitar que a economia se desaqueça demasiadamente, prejudicando a arrecadação, como já vem ocorrendo. E isso naturalmente comprometeria as metas do ajuste fiscal.

O acordo com o FMI e o prosseguimento das reformas vêm dar às empresas também melhores parâmetros para planejar as suas atividades no próximo ano. Pelo menos em futuro previsível, afasta-se o espectro de uma desvalorização cambial, que poderia vir a ter consequências ruinosas. ■